



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **12/08/2018**

Aprovado em: **14/08/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.09.10>

A JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO E OS PILARES DA EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI
COMO ABORDAGENS INDISPENSÁVEIS PARA EDUCAR O SER HUMANO EM SUA COMPLETUDE

EIXO: 9. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.

TAMIRES CRUZ SANTOS SILVA

Resumo

O presente artigo tem como objetivo expor brevemente as ideias sobre as quais se fundamentam “Os Pilares Século XXI” da UNESCO, sob coordenação de Jacques Delors, e a Justiça Restaurativa, com ênfase nas ideias de Kay Pranis e Howard Zehr. A seguir, é demonstrado o quanto fortemente estas abordagens se encontram, se entrelaçam, tornando-se como ferramentas que contribuem para que todos(as), sejam jovens, adultos, crianças ou idosos(as), tenham acesso a uma forma de educação que atenda às necessidades humanas em sua totalidade, deixando para trás a era de preponderância bancária, tão veemente e corretamente criticada por Paulo Freire, para adentrarmos uma era de mudança de padrão de consciência.

Palavras-chaves: Educação; Justiça Restaurativa; Mercado.

Abstract

This article aims to briefly outline the ideas on which UNESCO's "Pillars of Education for the 21st Century" is based, under the coordination of Jacques Delors, and Restorative Justice, with emphasis on the ideas brought by Kay Pranis and Howard Zehr. As demonstrated below how strongly these approaches are intertwined and become essential as tools that contribute to young people, adults, children or the elderly, in order to have access to a form of education that meets human needs in its totality, leaving behind the era of preponderance of banking education, so vehemently and correctly criticized by Paulo Freire, for change of standard of conscience.

Keywords: Education; Restorative Justice; Marketplace.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo exponer brevemente las ideas sobre las cuales se basan "Los Pilares del Siglo XXI" de la UNESCO, bajo la coordinación de Jacques Delors, y la Justicia Restaurativa, con énfasis en las ideas de Kay Pranis y Howard Zehr. A continuación, se demuestra cuán fuertemente estos enfoques se encuentran, se entrelazan y se vuelven esenciales como herramientas que contribuyen a que todos (as), seamos jóvenes, adultos, niños o ancianos (as), tengamos acceso a una forma de educación que atiende a las necesidades humanas en su totalidad, dejando atrás la era de educación bancaria, tan vehemente y correctamente criticada por Paulo Freire, para que ingresemos en una era de conciencia.

Palabras-Clave: Educación; Justicia Restaurativa; Mercado.

1- INTRODUÇÃO

No contexto de vida complexo em vários sentidos, amplamente difundido pelo mundo que vivemos neste início de século, fica mais evidente a falência/obsolescência completa dos sistemas de educar/ser educado(a), por não atenderem às necessidades de viver a totalidade, como seres humanos inteiros, que durante suas existências precisam aprender e desenvolver competências e habilidades que vão muito além das relacionadas à inteligência intelectual, exigindo que cada um em si mesma quando não está em sinergia com as outras diversas dimensões do nosso ser.

Ferramentas existem diversas para que promovamos viradas de livro nas civilizações que compõem este planeta, mas é que elas ainda não são valorizadas como deveriam para que tenham mais ampla aplicação. Vivemos a precariedade/incoerência de estarmos profundamente fritos(as) da forma que nos colocamos/temos que nos colocar como educandos(as) que somos tratados(as)/somos obrigados(as) a nos portar como educandos(as), porém nossos modelos mentais estão apegados e enraizados a este sistema que nos faz mal (a educação bancária), que ainda não temos a disposição de largarmos nossas mangas e assim transformar para melhor esta realidade insustentável na qual estamos inseridos.

No fim dos anos 80, o filósofo e pedagogo Paulo Freire traz à tona, com precisão cirúrgica, a conceituação e a forma de educação funciona e quanto ela está muito aquém no sentido de sua capacidade de nos ajudar a despertar os adormecidos para o bem viver, o bem fazer, o bem realizar, o bem sentir, o bem transformar. Pelo contrário, ela

oprima, humilha, nos fazendo ter que percorrer trilhas muito mais duras para que consigamos nos vencer/superar pela vida apenas como rebotalhos de nós mesmos(as), do que poderíamos ser – os que conseguem esta proeza “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os documentos e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam (FREIRE, 1987).

Neste trabalho, o objetivo é discorrer brevemente a respeito de duas abordagens que muito se aproximam de uma educação global, que nos ajude a sermos verdadeiramente mais realizados(as) tanto em nossa vida pessoal quanto no encontro de nossa vocação e espaço de atuação relacionado ao nosso papel único e inimitável no mundo: Educação para o Século XXI e a Justiça Restaurativa.

2 – DESENVOLVIMENTO

2.1- Os Quatro Pilares da Educação para o Século XXI

Os quatro pilares da Educação são conceitos de fundamento da educação baseados no Relatório para a UNESCO Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors, onde se propõe uma educação com quatro tipos fundamentais de educação (Wikipédia, 2017):

- Aprender a conhecer (adquirir instrumentos de conhecimento);
- Aprender a fazer (aplicar na prática conhecimentos teóricos);
- Aprender a viver juntos (ou aprender a conviver – envolve atitudes, valores, consciência para agir de forma cooperativa); e finalmente;
- Aprender a ser (depende das três anteriores, para que nos desenvolvamos de forma completa, indivíduo, espírito).

Esta nova perspectiva da educação nos traz uma grande responsabilidade: aprender, viver e treinar formas saudáveis de nós mesmos que fomos acostumados(as) a esconder, sufocar, não dar atenção. Partindo do pressuposto de Stephen Covey (2017), responsabilidade é a habilidade de escolher nossa resposta, que resposta estamos escolhendo e estamos nos preocupando ao menos em desenvolver nossas habilidades em escolher respostas melhores para o nosso sistema educacional. Já temos consciência do quanto que a educação bem direcionada é importante e a educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, que permite navegar através dele (DELORS, 1998). Que bússola estamos escolhendo todos os dias para nos orientar?

Nas palavras de Delors (1998):

Desde o início dos seus trabalhos que os membros da Comissão compreenderam que se enfrentariam os desafios do próximo século, assinalar novos objetivos à educação e, portanto, avaliar a sua utilidade. Uma nova concepção ampliada de educação devia fazer com que se descobrisse, reanimasse e fortalecesse o seu potencial criativo — revelar o tesouro escondido em que se supõe que se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação, considerada como um meio para obter certos resultados (saber-fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordem econômica e social). Ela a considerará em toda a sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende (DELORS, 1998).

Nos itens a seguir, os mesmos pilares citados nesta seção serão mais detalhados em seus conceitos, valores e resultados.

2.1.1 – Aprender a conhecer

Este tipo de aprendizagem que visa não tanto a aquisição de um repertório de saberes codificados, mas antes a aquisição de instrumentos do conhecimento pode ser considerado, simultaneamente, como um meio e como uma finalidade (DELORS, 1998). Diz respeito ao que aprendemos das disciplinas básicas que vemos no ensino básico e nas escolas, universidades e faculdades. É o pilar que por excelência é ligado à supervelocidade e exageradamente intelectual.

Aprender para conhecer supõe, antes tudo, aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento.

sobretudo nas sociedades dominadas pela imagem televisiva, o jovem deve aprender a prestar atenção às (DELORS, 1998). Trazendo um pouco mais do que estamos vivendo no agora, 20 anos após esta fala de Jacques Delors dominados pelas imagens televisivas, apesar de que no momento atual a televisão vem gradativamente dando lugar ao advento da internet e sua massificação, o que fica evidente é que há um mercado da atenção. Ao falarmos da atenção como um "produto", ou de valor econômico, vale destacar que a atenção não pode ser acumulada, como ouro, petróleo ou outro bem físico. Mas hoje ela já começa a ser vista na dimensão do que tem sido chamado de "capitalismo da atenção" (DELORS, 2017).

A sucessão muito rápida de informações mediatizadas, o "zapping" tão freqüente, prejudicam de fato o processo de aprendizagem que implica duração e aprofundamento da apreensão. O impulso e as bases que fazem com que continuem a aprender na vida, no trabalho, mas também fora dele (DELORS, 1998). Esta experiência acaba se tornando uma faca de dois lados: por um lado perdemos muito em profundidade em nossas vivências por sermos impelidos(as) a prestar atenção a tanta coisa e por outro não podemos nem devemos pretender nos colocar alheios(as) a esta tendência da modernidade, por quê? As condições *sine qua non* para termos chances maiores de sobrevivermos às demandas exigidas do profissionalismo são trazer características bem diferentes dos modelos de trabalho predominantes no século XX. Portanto, o caminho de equilíbrio, deve ser o nosso norte por excelência, com cada pessoa procurando o seu próprio.

Nas palavras de Aguiar (2002):

Procure o Centro. A verdade está no caminho do meio, afirmou Buda. Não tome decisões na periferia de sua psique; por fragmentos, aspectos de seu eu. Somente a totalidade do si mesmo abrange múltiplas dimensões da alma, e essa totalidade está sediada no centro, no eixo que equilibra opostos, todos os desejos e impulsos contraditórios, todas as tendências, traumas e aspirações. Também a programática profunda da transcendência e da sublimação (AGUIAR, 2002).

2.1.2 – Aprender a fazer

Aprender a conhecer e aprender a fazer são, em larga medida, indissociáveis. Mas a última está mais relacionada à formação profissional: como ensinar alguém a pôr em prática os seus conhecimentos. Como adaptar a educação quando não se pode prever qual será a sua evolução (DELORS, 1998). É pelo aprender a fazer que mostramos aos outros que aprendemos a conhecer determinado assunto para além de sua teoria, para além de discorrer sobre o mesmo em sala de aula, aí que temos a oportunidade de mostrar aos outros e a nós mesmos(as) se já sabemos lidar com um mundo que é muitas vezes assustador e imprevisível território da aplicação prática.

Podemos considerar um agregador desta imprevisibilidade o fato de que os modelos de trabalho estão se transformando muito mais acelerada que no século passado. Algumas funções estão sumindo e outras surgindo em suas sociedades assalariadas que se desenvolveram ao longo do século XX, a partir do modelo industrial, a substituição pelas máquinas tornou-o cada vez mais imaterial e acentuou o caráter cognitivo das tarefas, mesmo na importância dos serviços na atividade econômica (DELORS, 1998). À medida que o tempo passa, o ser humano vai sendo mais enfaticamente a se voltar mais a formas de trabalho que exijam muito mais de nossas mentes do que de nós mesmos, nos traz oportunidades de deixar para trás uma era de trabalhos extenuantes e desumanos para adentrarmos um novo mundo intelectual-moral de nossa civilização, onde todos(as) poderão verdadeiramente trabalhar e não se "arrebentarem" por excesso de trabalho.

Como reforça a fala de Aguiar (2009a):

Liberte-se, amigo(a), de qualquer ilusão de "menor esforço". Não se permita hipnotizar pelas facilidades, da era da internet, do computador, dos eletrônicos, do controle remoto. E não se deixe seduzir pela abundância, mas também de aplicação multidimensional a novos âmbitos de ação e de utilidade ao bem geral. E isso não é mau: é excelente! A máquina não veio liberar o ser humano, mas sim dispensá-lo de serviços braçais, não-inteligentes e desumanos, para que possa se dedicar à cultura, arte, solidariedade, misticismo, política, religião – atividades relacionadas a julgamentos e especulação filosófica (AGUIAR, 2009a).

2.1.3 – Aprender a conviver

Aqui temos uma das difíceis formas de aprendizagem para o momento que vivemos como seres humanos. Difícil era que as nossas competências comportamentais não parecem caminhar *pari passu* com a crescente modernização por meio das máquinas. Infelizmente, no campo comportamental, ainda vivemos em muitos aspectos como eternas crianças extremamente focadas em atender suas necessidades pessoais (ou ao que acreditam ser suas necessidades) e para as outras pessoas e as necessidades dela também. A educação tem por missão, por um lado, transmitir a diversidade da espécie humana e, por outro, levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência dos seres humanos do planeta (DELORS, 1998).

Para aprender a conviver de forma saudável, indispensável se torna investir em autoconhecimento. Como o indivíduo intimamente conectado com o que somos por dentro e de várias maneiras esta experiência condiciona a nossa convivência, a descoberta de si, de forma alguma deve estar dissociada dos esforços do aprender a conviver. Neste sentido (1998):

Passando à descoberta do outro, necessariamente, pela descoberta de si mesmo, a educação deve ser feita pela família, pela comunidade ou pela escola, deve antes de mais nada ajudá-los (as) a descobrir-se. Só então poderão, verdadeiramente, pôr-se no lugar dos outros e compreender. Desenvolver esta atitude de empatia, na escola, é muito útil para os comportamentos sociais (DELORS, 1998).

2.1.4 – Aprender a ser

Desde a sua primeira reunião, a Comissão reafirmou, energicamente, um princípio fundamental: a educação é para o desenvolvimento total da pessoa — espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, respeito à espiritualidade. Todo o ser humano deve ser preparado, especialmente graças à educação que recebe na juventude, para pensar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, nas diferentes circunstâncias da vida (DELORS, 1998).

A impressão que dá ao entrar em contato pela primeira vez com a expressão “aprender a ser”, é que na nossa realidade somos mais distantes de entendermos e alcançarmos o que ela significa do que a anterior. Diante da enxurrada de influências que recebemos (da família, da escola, da comunidade, do ambiente de trabalho, das propagandas e mídias) é difícil entender que passamos longos anos de nossas vidas aprendendo a não ser o que nós somos, aprendendo a ser diferente de nós. Aprendemos de uma forma muito eficiente (infelizmente) a nos afastarmos de quem somos de verdade. Tornamos alheios(as) aos aspectos únicos e inimitáveis de nossas naturezas, para nos encaixar nas caixas que outras pessoas nos oferecem. Assim, chegamos à meia idade irados, frustrados e doentes por termos aceitado de formas dócil e convencionalismos culturais, tendo muito mais trabalho com anos de terapia para fazermos o caminho de volta, em busca de nossas vozes.

Mais do que nunca a educação parece ter, como papel essencial, conferir a todos os seres humanos a liberdade de discernimento, sentimentos e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecer, na medida possível, donos do seu próprio destino (DELORS, 1998). À medida que sinceramente nos colocarmos preocupados com o sentido de oferecer a todos e todas a liberdade de ser quem somos, em todos os aspectos, sem castrações, descobriremos que conseguiremos formar pessoas mais inteiras, não só mais preparadas para oferecer ao mundo seu contributo para o bem, como para viver satisfeitas e felizes.

Para que tudo isso se torne realidade, Delors (1998), nos traz um caminho a seguir seguro e bastante pertinente:

Convém, pois, oferecer às crianças e aos jovens todas as ocasiões possíveis para a experimentação — estética, artística, desportiva, científica, cultural e social —, que lhes permita descobrir os seus domínios, foram capazes de criar as gerações que os precederam ou suas contemporâneas. A poesia deveriam ocupar um lugar mais importante do que aquele que lhes é concedido, um ensino tornado mais utilitarista do que cultural. A preocupação em desenvolver a imaginação deveria, também, revalorizar a cultura oral e os conhecimentos retirados da experiência da vida (DELORS, 1998).

Uma outra questão da qual não devemos nos desligar e que está intimamente ligada a aprender a ser plenamente de aprender ter uma visão de mundo mais global, congregando em nossa visão diversos aspectos complementares do saber, incluindo aquelas que aparentemente não têm nada a ver umas com as outras. De acordo com Aguiar (2008):

O busílis está no sistema de pensamento. Devemos sair do raciocínio meramente analítico, para a linha de mentação que considera as percepções globais, gestáltica holística de realidade, a perspectiva da transdisciplinaridade – de que tanto se tem falado – holográfica de enxergar o mundo e a si próprio. Chega de ficarmos atreitos às arcaicas, formas de pensamento que vêem as partes sem considerarem o todo, que é, como todo, maior que a soma das partes. Em suma, precisamos aprender a usar a intuição (AGUIAR, 2008).

2.2 – Justiça Restaurativa (JR)

O termo “Justiça Restaurativa” a princípio pode parecer única e exclusivamente relacionado ao ambiente jurídico, ao âmbito penal do direito, porém seus conceitos, diretrizes e bases filosóficas podem, devem e são aplicadas à justiça para muito além dos presídios e centros de reabilitação para menores infratores. Faça uma pesquisa no Google por “Justiça Restaurativa” e você encontrará mais de mil “hits” – e isto se tratando de um termo que era virtualmente inexistente. Pergunte o que isso significa e você poderá obter uma variedade de respostas (BELLO e SALM, 2016).

Howard Zehr, no prefácio do livro “Cidadania, justiça restaurativa e meio ambiente: um diálogo entre Brasil, Espanha e Itália” (BELLO e SALM, 2016), traz uma breve perspectiva do que as pessoas em geral pensam a respeito de um contato mais aprofundado com a extensão, significados e propósitos de suas práticas:

Para muitos, isso sugere um encontro entre as vítimas de um crime e aqueles que os cometeram. Pais encontram os adolescentes que assaltaram seu lar, expressando seus sentimentos e negociando a reparação. Pais encontram o homem que assassinou sua filha para contarem a ele o impacto de suas vidas e obterem respostas às suas perguntas. Um diretor de escola e sua família encontram a família de quem explodiram uma bomba no quintal, somente ausentes o diretor e sua criança mais jovem. Os medos da família e a reincidência são colocados de lado e os garotos, pela primeira vez, entendem a enormidade do crime (BELLO e SALM, 2016).

A JR vai muito além de promover encontros entre vítimas e ofensores no contexto de um determinado conflito. Ela nos traz experiências de renascimento, de recomeço, de compromissos duradouros por trabalhar por nossa melhoria íntima e ajudar outras pessoas. Ela nos traz a perspectiva do perdão e do autoperdão. Ela nos ajuda a alcançar caminhos que vão além da empatia e nos faz viver a compaixão. Ou seja, não só nos apiedamos do outro e de sua circunstância, mas também nos ajuda a transformar a vida do outro para melhor. A JR nos ajuda a reconhecer que, como seres humanos, muito provavelmente se estivéssemos calçando os sapatos da outra pessoa, cometeríamos os mesmos erros e vice-versa. Afinal de contas todo o tempo podemos nos converter (e nos convertemos) em algozes na vida dos outros ou em vítimas ou menos grave.

Nas palavras de Howard Zehr (BELLO e SALM, 2016):

A justiça restaurativa inclui encontrar programas para vítimas e agressores; atualmente existem muitos programas por todo o mundo. Mas a justiça restaurativa é mais que um encontro, e seu âmbito vai além do sistema da justiça criminal. Crescentemente, escolas estão implementando programas restaurativos, corpos religiosos estão usando abordagens restaurativas para lidar com transgressões – incluindo abuso sexual por clérigos – e sociedades inteiras estão criando programas restaurativos para encaminhar feitos reprováveis em massa. Com popularidade crescente, programas restaurativos ou processos de círculos colocam em contato grupos de pessoas com diferentes perspectivas e preocupações, visando a, de modo colaborativo, encontrar soluções que envolvam suas famílias e comunidades (BELLO e SALM, 2016).

Ela surgiu na década de 1970 como um esforço para corrigir algumas das fraquezas do sistema jurídico, a especial preocupação tem sido a da negligência de vítimas e suas necessidades. O sistema jurídico está voltado aos criminosos e tem sido guiado também pelo desejo de se tornar os criminosos verdadeiramente responsáveis (BELLO e SALM, 2016).

A JR traz em seu bojo total sintonia com a tal habilidade para escolher uma resposta, levantada por Stephen Covey, parte de quem cometeu um crime, mas também da vítima e da comunidade onde tal conflito aconteceu. Reconhecida geralmente não é efetiva, a JR almeja ajudar os criminosos a reconhecerem o dano que causaram e encorajá-los na medida do possível. Mais do que estar obcecada se os criminosos recebem o que merecem, ela foca na reparação pelo crime e no engajamento dos indivíduos e membros da comunidade no processo (BELLO e SALM, 2016).

Como há tão diversas formas de conceituar e compreender a JR, para facilitar a chegada em um denominador comum a mesma, Howard Zehr nos propõe responder algumas perguntas que podem nos ajudar e muito a entender se resolver um conflito, seja no âmbito criminal ou educacional, estamos realmente sendo fiéis a seus princípios e a efeitos desejáveis de sua aplicação:

Como você pode imaginar, com tantas referências no Google, o uso do termo varia em muitos casos é usado de maneiras mais despidas do que aquelas no campo que pretendem usar o termo, talvez você se faça as seguintes perguntas: os erros têm sido reconhecidos? As pessoas prejudicadas têm sido encaminhadas? Aquele que produziu o dano está sendo responsabilizado e a aceitar sua obrigação em tornar o errado certo? Estão aqueles envolvidos afetados sendo convidados para participarem de uma “solução”? A preocupação está sendo com todos os envolvidos? Se as respostas a essas perguntas forem “não”, mesmo que haja ele não se trata de justiça restaurativa (BELLO e SALM, 2016).

2.3 – Cultura de paz

Segundo Zehr (2012, p. 14), a Justiça Restaurativa começou como um esforço para lidar com assaltos e outros crimes em geral são vistos (em muitos casos incorretamente) como ofensas de menor potencial ofensivo. Nos dias atuais, as práticas restaurativas como os “círculos” estão ultrapassando o sistema de justiça criminal e chegando a escolas, instituições religiosas.

Assim, a Justiça Restaurativa representa um novo horizonte, uma nova tentativa de dar resposta à infração penal e atender, de forma integral, vítimas, ofensores, comunidades e a sociedade para uma efetiva cultura de paz (PRUDENTE, 2011, p. 64).

Carvalho (2005, p. 211 e 215) preleciona que a Justiça Restaurativa é modalidade inclusiva de justiça, devido à sua abordagem reintegradora e regeneradora das relações sociais, e também democratização do Poder Judiciário. Por outro lado, a adoção da Justiça Restaurativa, implica uma mudança de explicação quanto na análise dos casos e do curso da ação posterior - pois ela não é uma forma, nem tampouco justiça dominante, estritamente retributiva e desigual. Ao contrário, trata-se de uma oposição de origem epistemológica ao invés de uma mera diferença procedimental.

A prática restaurativa vem sustentando que a punição não constitui real responsabilização. A verdadeira responsabilidade consiste em olhar de frente para os atos que praticamos, significando compreender o impacto de seu comportamento, os danos que causou – e instá-lo a adotar medidas para reparação do possível. Também se preocupa em especial com as necessidades das vítimas de atos ilícitos, aquelas necessidades sendo adequadamente atendidas pelo sistema de justiça criminal (PRUDENTE, 2011, p. 24 e 27).

Pranis (2010, p. 15) ensina que essa nova metodologia denominada “círculos” consiste em uma nova forma de congregar as pessoas, chegar ao entendimento mútuo, fortalecer relações

problemas grupais. Sua origem é muito antiga. Ela se inspira na tradição dos índios norte-americanos de usar bastão de fala, que passa de pessoa para pessoa dentro do grupo, e que confere ao seu detentor o direito de falar ou ouvir. Essa antiga tradição se mescla aos conceitos contemporâneos de democracia e inclusão, próprios de um multicultural.

Ainda em relação à construção da cultura de paz, Boyes-Watson e Pranis (2011), nos traz premissas que se referem ao tema que nos ajudam a entender por onde passa esta construção:

- Dentro de cada um de nós está o verdadeiro eu: bom, sábio e poderoso;
- O mundo está profundamente interconectado;
- Todos os seres humanos têm um profundo desejo de estarem em bons relacionamentos;
- Todos os seres humanos têm dons; cada um é necessário pelo dom que traz;
- Tudo de que precisamos para fazer mudanças positivas já está aqui;
- Seres humanos são holísticos;
- Nós precisamos de práticas para criar hábitos de viver a partir do eu verdadeiro.

Diante de tais ferramentas, nos cabe ter disposição de arregaçar as mangas e empreendermos estas buscas e em nosso próprio bem e pelo bem da humanidade.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se observarmos mais atentamente nossa realidade atual comparada com a do início do século XX, podemos evoluir em termos de modernização das tecnologias utilizadas para as mais diversas tarefas do nosso dia a dia e da comunicação entre pessoas, por exemplo. Entretanto, quando o assunto é educação formal e/ou metodologias usadas em escolas e universidades, da infância à adultidade, se torna evidente o quanto que estamos atrasados(as) em termos de métodos de ensino/aprendizagem que tornem o desenvolvimento intelectual das pessoas mais prazeroso e considerem as dimensões emocionais, psicológicas e espirituais de um indivíduo.

Basta fazer uma pesquisa rápida de fotos na internet de salas de aula do século XIX ou do início do século XX e comparar com as salas de aulas que temos na esmagadora maioria dos espaços que frequentamos como alunos(as) e/ou professores há de diferente entre estes dois cenários. Diante deste fato, vêm algumas perguntas: Será que ainda continuam as mesmas necessidades evolutivas dos tempos da Revolução Industrial? Será mesmo que de lá pra cá não nos complexificamos como seres humanos, ou mudamos tão pouco que não precisamos/merecemos ter acesso a formas de ensinar e aprender que considerem nossa complexidade?

A psicóloga Vivianne Senna (BBC, 2015) também ilustra de forma bem persuasiva o quanto estamos atrasados ao falar que:

Se pudéssemos transportar um cirurgião do século 19 para um hospital de hoje, ele não teria sucesso. O mesmo vale para um operador da bolsa ou até para um piloto de avião do século passado. Mas se o indivíduo transportado fosse um professor, encontraria na sala de aula a mesma lousa, os mesmos alunos enfileirados. Sabereria exatamente o que fazer. A escola parou décadas de revolução científica e tecnológica que provocaram grandes mudanças em nossa sociedade e ficou parada no tempo, preparando os alunos para um mundo que não existe mais (BBC, https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150525_viviane_senna_ru).

Neste contexto, o que temos como consequência é um exército gigante de pessoas saindo de escolas e universidades com respectivos diplomas e certificados, porém despreparadas para fazerem a vida como ela é, por terem passado por experiências estudantis embotadas (em sua criatividade), castradas (porque não têm liberdade de ser quem são, independente de gênero, sexualidade e/ou religião) e traumatizadas (quem não traz traumas sérios e difíceis de processar dos tempos da primeira pedra) com um potencial imenso de competências subdesenvolvidas (porque não treinadas), justo aquelas que queremos para que tenhamos uma vida plena, vivida com totalidade.

Esta falta de preparação para uma vida plena, com todos os seus momentos de altos e baixos, conquistas e de

vítimas e algozes ao mesmo tempo, traz algumas consequências bem negativas para o nosso processo de crescimento da humanidade. Basta dizer que, quando vamos para o mercado de trabalho, ainda somos majoritariamente contrariados por competências técnicas, porém somos demitidos(as) por deficiências que portamos em nossas competências (AGUIAR, 2012, disponível em

[http://www.rh.com.br/Portal/Desenvolvimento/Artigo/8140/contrata-se-pela-competencia-tecnica-e-se-demite-pela-](http://www.rh.com.br/Portal/Desenvolvimento/Artigo/8140/contrata-se-pela-competencia-tecnica-e-se-demite-pela-competencia-gerencial)

Entre os diversos problemas do nosso pseudoatual sistema educacional é que poucas pessoas conseguem aprender de forma eficaz (apenas intelectualmente, importante ressaltar). Será que as pessoas que fazem realmente são parte de uma grande legião de pessoas ditas como burras, incapazes de aprender, com graves dificuldades? Ou apenas são pessoas pessimamente compreendidas e atendidas em suas necessidades personalíssimas, que precisam de grandes realizadoras, cada uma de sua forma, se simplesmente tivessem conhecido um outro jeito de ser, o mundo ainda tão cheio de limitações e preconceitos.

Quando falamos de outras dimensões do aprendizado tão mais complexas que o aprendizado intelectual, que exigem tempo de dedicação e persistência, este abismo parece se tornar ainda maior. Faço alusão ao aprender a ser generoso, a quebra de preconceitos com dinheiro, raça, cor, sexualidade, religião, gênero, etc, o aprender a ser autocríticos na medida certa, sermos responsáveis pelo meio ambiente, nos colocando no caminho da melhoria de nossas personalidades. A respeito disso, Aguiar (2007) fala:

O aprendizado acontece por etapas numerosas de repetição de um dado conhecimento até que o conteúdo possa ser fixado adequadamente nas estruturas mais profundas do psiquismo. Quando o indivíduo notar dificuldades em vencer determinadas fraquezas íntimas, deve compreender a verdade, um processo gradativo de autossuperação. Os preconceitos, por exemplo, não se desfazem para o dia; amiúde, consomem séculos para serem integralmente crestados pela luz do conhecimento justo e, antes de tudo, sumamente racional (AGUIAR, 2007).

Uma outra perspectiva a respeito do mesmo problema é trazida por Aguiar (2005) da seguinte forma:

Que, da base ao topo, todos reflitamos nas atitudes e iniciativas “inocentes”, daquelas acompanhadas da epígrafe: “todo mundo faz”, e, de casa, a começar por nossos filhos e, por nós mesmos, sejamos inflexíveis no que concernir à moralidade, à honestidade, aos princípios, e que não se travestem de dignidade. Sim, há conservadorismo e misoginia que se fazem dificultando a rota do progresso. Mas não pode haver harmonia, equilíbrio e paz, sem disciplina na conduta e lisura nas relações interpessoais (AGUIAR, 2005).

Diante de tudo que foi exposto aqui, fica mais que claro o extenso caminho que temos a percorrer para mudarmos a realidade, como educadores(as) e educandos(as) que somos todos e todas em essência, trazendo uma realidade melhor para nós mesmos(as) e para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

<http://www.rh.com.br/Portal/Desenvolvimento/Artigo/8140/contrata-se-pela-competencia-tecnica-e-se-demite-pela->
. Acesso em: 03 de jul. 2018.

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150525_viviane_senna_ru. Acesso em: 5 de jul. 2018.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Quatro_Pilares_da_Educa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 21 de jul. 2018.

<https://www.valor.com.br/carreira/5133620/maior-disputa-no-mercado-atual-e-por-atencao>. Acesso em: 12 de ago.

AGUIAR, Benjamin Teixeira de. **Desafios Modernos**, 2009.

<http://www.saltoquantico.com.br/2009/02/04/desafios-modernos/>. Acesso em: 03 de jul. 2018.

AGUIAR, Benjamin Teixeira de. **Ferramenta de Redenção e Glória**, 2009a.

<http://www.saltoquantico.com.br/2009/08/18/ferramenta-de-redencao-e-gloria/>. Acesso em: 12 de ago. de 2018.

AGUIAR, Benjamin Teixeira de. **Diálogo sobre a atual crise na política brasileira**, 2005.

<http://www.saltoquantico.com.br/2005/06/20/dialogo-sobre-a-atual-crise-na-politica-brasileira/>. Acesso em: 03 de jul.

AGUIAR, Benjamin Teixeira de. **Resistência a aprender e crescer (diálogo mediúnico)**, 2007.

<http://www.saltoquantico.com.br/2007/01/29/378/>. Acesso em: 03 de jul. 2018.

AGUIAR, Benjamin Teixeira de. **O Centro**, 2002. Disponível em: <https://www.saltoquantico.com.br/2002/01/18/o-c>
de ago. de 2018.

BOYES-WATSON, Carolyn; PRANIS, Kay. **No coração da esperança: guia de práticas circulares: o construção da paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos**. Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2011. 280 p.

BELLO, Enzo; SALM, João. (Orgs.) **Cidadania, justiça restaurativa e meio ambiente: um diálogo entre Brasil, Canadá, Espanha e Itália**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. XIII, 440 p.

CARVALHO, Luíza Maria S. dos Santos. **Justiça Restaurativa**. In: Slakmon, Catherine; DE VITTO, Renato C. Renato Sócrates Gomes [Org.] **Notas sobre a promoção da equidade no acesso e intervenção da justiça brasileira**. Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2005.

COVEY, Stephen. **Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes**. 62ª ed. Riode Janeiro, Best Seller, 2017. 455 p.

BRASIL, Deilton Ribeiro. **A Justiça Restaurativa como Possibilidade de Acesso à Justiça Para a Solução de Conflitos**. *CONPEDI LAW REVIEW | OÑATI, ESPANHA*, v. 2, n. 1, p. 53-71, jan/jun. 2016.
<http://www.indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3595/3100>. Acesso em: 13 de jul. 2018.

DELORS Jacques. (org.). **Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. Paris: UNESCO, 1996.

Educação para o século XXI. CORTEZ, UNESCO MEC, Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

PRANIS, Kay. **Processos circulares**. São Paulo: Palas Athena, 2010.

Athena, 2010. PRUDENTE, Neemias Moretti. **Justiça restaurativa e experiências brasileiras**. In: SPENGLER, Douglas Cesar (Orgs.). **Justiça restaurativa e mediação: políticas públicas no tratamento dos conflitos**. Editora Ijuí, 2011.

ZEHR, Howard. **Justiça restaurativa: teoria e prática**. São Paulo: Palas Athenas, 2012.